A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE EFICIÊNCIA GERENCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SETOR RURAL BRASILEIRO

DÊNIS MATEUS DE PAIVA[1]
MICHELE DE SANTANA CARMELOSSI[2]
PEDRO JOSÉ PAPANDRÉA[3]

RESUMO

O setor rural brasileiro ocupa posição estratégica na economia nacional, mas enfrenta desafios estruturais relacionados à vulnerabilidade climática, sazonalidade produtiva, volatilidade de preços e fragilidades gerenciais. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar a contabilidade aplicada ao setor rural como instrumento capaz de promover eficiência gerencial e contribuir para o desenvolvimento econômico dos empreendimentos agropecuários. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em obras clássicas e estudos contemporâneos sobre contabilidade rural e gestão do agronegócio. Os resultados indicam que a utilização sistemática de instrumentos contábeis, como Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Fluxo de Caixa, controle de custos por cultura e formação de reservas de contingência, possibilita maior organização financeira, planejamento estratégico e redução de incertezas. Observa-se que a contabilidade, quando aplicada de forma gerencial, ultrapassa a função meramente fiscal e torna-se elemento estruturante da governança rural, favorecendo o acesso ao crédito, a tomada de decisões fundamentadas e a ampliação da competitividade. Conclui-se que a contabilidade rural se configura como mecanismo mediador entre os desafios do setor e o desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias, contribuindo para a estabilidade econômica e o fortalecimento do agronegócio brasileiro.

Palavras-chave: Contabilidade Rural. Gestão Agropecuária. Eficiência Gerencial. Desenvolvimento Rural. Planejamento Contábil.

[1] Doutorando em Políticas Públicas (UFABC). Mestre em Economia (UFBA). Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).
denis.paiva@uemg.br.
[2] Mestre em Engenharia de Produção (Unifei). Doutoranda em Engenharia de Produção (Unifei).
mi.carmelossi@gmail.com.
[3] Doutor em Engenharia de Produção. Professor na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).
pedro.papandrea@unifal-mg.edu.br.

ACCOUNTING AS A TOOL FOR MANAGERIAL EFFICIENCY AND DEVELOPMENT IN THE BRAZILIAN RURAL SECTOR

ABSTRACT

The Brazilian rural sector holds a strategic position in the national economy; however, it faces structural challenges related to climate vulnerability, production seasonality, price volatility, and managerial weaknesses. In this context, this study aims to analyze accounting applied to the rural sector as a tool capable of promoting managerial efficiency and contributing to the economic development of agricultural enterprises. The research is characterized as bibliographic, with a qualitative approach, grounded in classical works and contemporary studies on rural accounting and agribusiness management. The findings indicate that the systematic use of accounting instruments, such as the Balance Sheet, Income Statement, Cash Flow Statement, cost control by crop, and contingency reserves, enables improved financial organization, strategic planning, and uncertainty reduction. It is observed that when accounting is applied from a managerial perspective, it goes beyond its merely fiscal function and becomes a structuring element of rural governance, facilitating access to credit, supporting evidence-based decision-making, and enhancing competitiveness. It is concluded that rural accounting acts as a mediating mechanism between sectoral challenges and the sustainable development of agricultural activities, contributing to economic stability and strengthening Brazilian agribusiness.

Keywords: *Rural Accounting. Agricultural Management. Managerial Efficiency. Rural Development. Accounting Planning.*

INTRODUÇÃO

Apesar do intenso processo de urbanização e industrialização observado nas últimas décadas, o setor rural permanece como um dos principais pilares estruturantes da economia brasileira. O agronegócio ocupa posição estruturante no desenvolvimento nacional, não apenas pela expressiva participação no Produto Interno Bruto (PIB), mas também por sua capacidade de dinamizar cadeias produtivas, gerar divisas e sustentar o equilíbrio da balança comercial brasileira, com estimativas recentes indicando participação entre 23,8% e 24,8% da economia brasileira (Cordeiro et al., 2025). Além da contribuição macroeconômica, o setor apresenta elevada capacidade de geração de emprego, renda e divisas, especialmente por meio da exportação de commodities como soja, café, açúcar e carnes, consolidando o Brasil como protagonista no mercado internacional e evidenciando sua relevância na dinâmica econômica global.

A concepção moderna de agronegócio, originalmente formulada por Davis e Goldberg (1957), compreende o conjunto integrado de operações que envolvem a produção, o processamento, o armazenamento e a distribuição de produtos agropecuários e seus derivados. Tal abordagem amplia a análise para além da produção primária, incorporando dimensões logísticas, industriais e mercadológicas, o que reforça a necessidade de sistemas de gestão capazes de integrar informações técnicas, econômicas e financeiras ao longo de toda a cadeia produtiva.

Entretanto, a atividade rural enfrenta desafios estruturais significativos. Fatores como instabilidade climática, sazonalidade das safras, volatilidade dos preços de mercado e restrições de crédito impactam diretamente os resultados econômicos das propriedades rurais (Dalmolin e Silvério, 2011; Vilhena e Antunes, 2010). Ademais, a modernização tecnológica, a incorporação de práticas vinculadas ao chamado Agro 4.0 e a crescente exigência por sustentabilidade ambiental e rastreabilidade ampliam a complexidade da gestão rural, exigindo maior profissionalização administrativa sob pena de comprometer a competitividade e a perenidade dos empreendimentos.

Nesse contexto, a contabilidade aplicada ao meio rural emerge como instrumento estratégico de gestão. Enquanto ciência social aplicada voltada ao estudo

e ao controle do patrimônio, a contabilidade rural possibilita o registro sistemático dos fatos administrativos, a apuração de resultados e a geração de informações relevantes para a tomada de decisões. Conforme destaca Crepaldi (2006), o produtor rural necessita conhecer profundamente seu negócio e as condições de mercado para definir estratégias adequadas de produção, investimento e financiamento, o que pressupõe acesso a informações confiáveis e tempestivas.

Embora frequentemente associada apenas ao cumprimento de obrigações fiscais ou exigências bancárias, a contabilidade rural possui potencial gerencial amplo. Instrumentos como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício permitem avaliar o desempenho econômico-financeiro das atividades produtivas, mensurar rentabilidade, analisar custos e comprovar capacidade de pagamento junto a instituições financeiras (Kruger et al., 2009). Além disso, o controle sistemático de receitas, despesas e fluxos de caixa contribui para o planejamento da "ano-safra", para a formação de reservas de contingência e para a mitigação de riscos inerentes à atividade agropecuária.

Estudos recentes indicam que a adoção de práticas contábeis estruturadas pode contribuir significativamente para a melhoria da organização financeira, para o fortalecimento da governança rural e para o acesso a programas de crédito e incentivo governamental, que frequentemente exigem regularidade fiscal e demonstrações contábeis formais. Nesse sentido, a contabilidade deixa de exercer função meramente instrumental e passa a atuar como elemento estruturante da estratégia empresarial no campo.

Todavia, observa-se que a contabilidade rural ainda é subutilizada no Brasil, especialmente em propriedades de menor porte. A predominância de controles informais, baseados na experiência empírica e na ausência de separação entre despesas pessoais e custos produtivos, limita a eficiência da gestão e dificulta o planejamento estratégico (Vilhena e Antunes, 2010). Essa lacuna evidencia a necessidade de maior disseminação e aprofundamento do uso das ferramentas contábeis no setor, bem como de iniciativas voltadas à capacitação gerencial dos produtores.

Diante desse cenário, este estudo busca responder à seguinte questão de

pesquisa: de que forma a aplicação da contabilidade pode contribuir para a eficiência da gestão e para o desenvolvimento sustentável das atividades rurais?

O objetivo geral consiste em analisar a contabilidade aplicada ao setor rural como instrumento de planejamento, organização e controle, capaz de fortalecer a gestão e ampliar a competitividade dos empreendimentos. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de livros, artigos científicos e documentos institucionais que discutem a aplicabilidade da contabilidade no contexto do agronegócio, buscando integrar fundamentos teóricos clássicos e contribuições contemporâneas sobre gestão rural.

REVISÃO DA LITERATURA

ATIVIDADES RURAIS

As atividades rurais possuem relevância histórica e estrutural para o desenvolvimento econômico mundial e, especialmente, para a economia brasileira. Desde as primeiras formas de organização social, a exploração da terra constituiu base material da produção de riquezas, sendo responsável pela subsistência das populações e pela formação de excedentes econômicos que possibilitaram a consolidação de mercados. No contexto contemporâneo, tais atividades caracterizam-se pela exploração da capacidade produtiva do solo e da água, englobando o cultivo agrícola, a criação de animais e a transformação de produtos primários, desde que não haja alteração substancial de sua composição in natura (Vilhena e Antunes, 2010; Fonseca et al., 2015).

Conforme Antunes e Vilhena (2011), consideram-se atividades rurais a exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal e animal, bem como práticas como apicultura, avicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e demais criações de pequeno porte. Inclui-se ainda a transformação de produtos agrícolas ou pecuários realizada pelo próprio produtor, desde que preservadas as características essenciais do produto original. Nesse contexto, o produtor rural, seja pessoa física ou jurídica,

atua como agente econômico que combina terra, capital e trabalho para geração de riqueza, assumindo riscos produtivos e mercadológicos inerentes à atividade.

Sob perspectiva mais ampla, o agronegócio consolida-se como a evolução sistêmica dessas atividades. A concepção clássica formulada por Davis e Goldberg (1957) define o agronegócio como o conjunto integrado de operações que abrange a produção de insumos, a atividade “dentro da porteira”, o processamento industrial, a logística de distribuição e o consumo final. Essa estrutura evidencia que o setor rural não se limita à produção primária, mas integra uma cadeia produtiva interdependente, também compreendida como supply chain, na qual cada elo influencia o desempenho global do sistema (Silva, 2005; Castro, 2001). Tal interdependência amplia a complexidade das decisões gerenciais, exigindo coordenação eficiente entre produção, custos, preços e estratégias de mercado.

Do ponto de vista jurídico e administrativo, as entidades rurais são organizações que utilizam os recursos naturais (solo, água e ativos biológicos) como base de sua atividade produtiva (Cabral, 2018; Marion, 2021). Diferentemente de empresas urbanas, as organizações rurais apresentam especificidades operacionais relevantes, como a dependência de ciclos biológicos e a necessidade de monitoramento contínuo de ativos vivos, cujas transformações são influenciadas por fatores ambientais, climáticos e temporais (Gelbcke, 2018; Silva et al., 2023). Essa característica impõe desafios adicionais à mensuração patrimonial e à apuração de resultados, uma vez que o processo produtivo envolve crescimento natural, maturação e riscos de perda não totalmente controláveis pelo gestor.

Outra particularidade reside no exercício social, que frequentemente não coincide com o ano civil, mas sim com o ano agrícola, a fim de refletir adequadamente o ciclo produtivo e o reconhecimento das receitas no momento da colheita (Santos et al., 2007; Vilhena e Antunes, 2010). Essa adaptação temporal reforça a complexidade gerencial do setor, que pode ser compreendido não apenas como atividade extrativa, mas como uma indústria biológica de elevada sofisticação tecnológica, na qual planejamento, monitoramento e controle assumem papel central (Reis et al., 2011).

No contexto brasileiro, o setor agropecuário tem apresentado desempenho expressivo e papel decisivo na dinâmica macroeconômica recente. Dados divulgados

por órgãos oficiais, com base em levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Banco Central do Brasil, indicam que, em 2025, a agropecuária registrou crescimento acumulado de 11,6% até o terceiro trimestre, superando significativamente os setores da indústria (1,7%) e dos serviços (1,8%) no mesmo período. Em 2023, o setor foi responsável por aproximadamente 7,1% do Valor Adicionado Bruto (VAB) total do país, evidenciando sua contribuição direta para a formação do PIB nacional.

O desempenho positivo está associado, entre outros fatores, ao aumento da produção de culturas como soja, milho, cana-de-açúcar, café e laranja, além da expansão da silvicultura, conforme apontam levantamentos oficiais. Instrumentos estatísticos como a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), conduzidos pelo IBGE, permitem o monitoramento contínuo desses indicadores, revelando também a forte concentração produtiva em estados como Mato Grosso, que se destacam no cenário nacional em termos de volume e produtividade.

Esse desempenho reforça a posição da agropecuária como vetor de crescimento econômico, especialmente em um contexto de expansão mais moderada dos demais setores da economia. Contudo, a manutenção desse protagonismo depende de avanços estruturais na gestão, na organização produtiva e na incorporação de tecnologias que aumentem eficiência e reduzam vulnerabilidades. A complexidade crescente das cadeias agroindustriais exige não apenas capacidade técnica de produção, mas também instrumentos de controle e planejamento capazes de sustentar decisões estratégicas de médio e longo prazo.

Assim, as atividades rurais e o agronegócio configuram-se como sistema econômico complexo, dinâmico e altamente interdependente, cuja gestão exige conhecimento técnico, planejamento estratégico e instrumentos adequados de controle. Tais elementos fundamentam a necessidade de aprofundamento da contabilidade aplicada ao setor rural, entendida como ferramenta capaz de organizar informações, reduzir incertezas e sustentar a eficiência gerencial em um ambiente marcado por riscos estruturais e elevada competitividade.

DESAFIOS DO SETOR RURAL

Embora o agronegócio brasileiro apresente reconhecida solidez econômica e expressiva relevância social, o setor enfrenta desafios estruturais que impactam sua competitividade, sustentabilidade e capacidade de crescimento contínuo. A dinâmica produtiva rural está inserida em um ambiente de elevada incerteza, no qual fatores externos e internos interagem de maneira complexa, exigindo elevado grau de capacidade adaptativa por parte dos gestores.

Um dos desafios mais significativos reside na vulnerabilidade a variáveis externas e incontroláveis. A atividade rural é diretamente afetada por fatores climáticos, como secas, geadas e inundações, bem como pela incidência de pragas e doenças, elementos que interferem na produtividade e na previsibilidade dos resultados (Dalmolin e Silvério, 2011). A dependência de condições ambientais adequadas torna a produção agropecuária intrinsecamente arriscada, uma vez que eventos adversos podem comprometer ciclos produtivos inteiros. Soma-se a isso a volatilidade dos preços das commodities no mercado internacional, considerando que parcela significativa da produção brasileira está vinculada à dinâmica de bolsas globais e à variação cambial, reduzindo a margem de controle individual sobre os preços praticados e ampliando a exposição a oscilações conjunturais.

A sazonalidade produtiva constitui outro fator crítico. As receitas concentram-se em períodos específicos, geralmente vinculados à colheita, enquanto os custos de manutenção, custeio e investimento distribuem-se ao longo de todo o ciclo produtivo (Santos et al., 2007). Essa assimetria temporal entre desembolsos e ingressos financeiros impõe riscos de descasamento de caixa, exigindo planejamento rigoroso para garantir liquidez e equilíbrio operacional durante o ano agrícola. A ausência de instrumentos adequados de controle pode resultar em dificuldades financeiras mesmo em propriedades economicamente viáveis sob a ótica produtiva.

Além dos fatores externos, existem desafios internos relacionados à gestão administrativa. Estudos indicam que muitas propriedades rurais ainda operam com base em práticas tradicionais e empíricas, nas quais o controle das atividades é realizado de forma informal, frequentemente apoiado na experiência acumulada e na

memória do produtor (Vilhena e Antunes, 2010; Kruger et al., 2009). Conforme apontam Dantas et al. (2016), o conhecimento organizacional dessas empresas repousa majoritariamente na vivência prática, o que torna os processos de inovação, padronização e profissionalização difíceis de sistematizar e gerenciar. Essa característica limita a capacidade de planejamento estratégico e a adoção de métricas objetivas de desempenho.

A limitação educacional de parcela significativa dos produtores rurais também representa entrave relevante. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que grande parte dos produtores possui escolaridade restrita ao ensino fundamental, havendo ainda percentual considerável que declara não saber ler e escrever. Tal contexto pode dificultar a adoção de ferramentas gerenciais mais sofisticadas, a interpretação de relatórios técnicos e a compreensão de informações contábeis e financeiras, criando barreiras adicionais à modernização administrativa.

Outro obstáculo recorrente refere-se à ausência de separação entre patrimônio pessoal e patrimônio da atividade rural. A confusão entre despesas familiares e custos produtivos compromete princípios básicos de gestão, especialmente o princípio da entidade, e inviabiliza a mensuração precisa do desempenho econômico-financeiro da propriedade (Kruger et al., 2009). Essa prática resulta em visão distorcida da rentabilidade e do fluxo de caixa, dificultando a tomada de decisões estratégicas fundamentadas em dados confiáveis e comprometendo a análise da real capacidade de investimento e expansão.

Adicionalmente, o acesso a políticas públicas de crédito e incentivo exige regularidade fiscal e contábil. Programas de financiamento rural frequentemente demandam comprovação formal de renda, controle patrimonial e demonstrações financeiras estruturadas, requisitos que muitos produtores informais não conseguem atender. Essa limitação perpetua um ciclo de baixa competitividade, restrição ao investimento em tecnologia e dependência de capital próprio, reduzindo o potencial de crescimento sustentável.

Por fim, a modernização acelerada do setor, associada ao avanço de tecnologias digitais e ao conceito de agricultura 4.0, impõe a necessidade de sistemas de gestão mais estruturados e integrados. O ambiente contemporâneo exige

monitoramento de ativos biológicos, controle de custos por cultura, análise de indicadores de desempenho, planejamento tributário adequado e integração entre dados produtivos e financeiros. A transição de um modelo predominantemente empírico para uma gestão profissionalizada torna-se, portanto, condição essencial para a sustentabilidade do empreendimento rural no longo prazo e para sua inserção competitiva em cadeias produtivas globalizadas.

Diante desse conjunto de desafios (ambientais, econômicos, educacionais e gerenciais) evidencia-se a necessidade de instrumentos técnicos capazes de oferecer suporte sistemático à tomada de decisão, à organização financeira e ao planejamento estratégico. Nesse cenário, a contabilidade aplicada ao setor rural apresenta-se não apenas como ferramenta de registro formal, mas como mecanismo estruturante capaz de reduzir vulnerabilidades informacionais, aprimorar a governança interna e promover maior eficiência na gestão das atividades agropecuárias, preparando o terreno para a análise dos instrumentos contábeis no tópico subsequente.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR RURAL

A contabilidade é uma das ciências sociais aplicadas mais antigas, cuja origem remonta às primeiras formas de organização patrimonial da humanidade. Conforme destacam Nagatsuka e Telles (2002), o desenvolvimento da contabilidade acompanha o próprio processo civilizatório, desde o controle rudimentar de rebanhos nas sociedades primitivas até a consolidação de sistemas estruturados de registro e informação patrimonial. Para Marion (2004), a contabilidade sempre existiu com a finalidade de auxiliar na tomada de decisões, fornecendo informações econômicas e financeiras relevantes aos diversos usuários, o que evidencia sua natureza instrumental e estratégica desde suas origens.

Tradicionalmente associada ao cumprimento de obrigações fiscais e legais, a contabilidade evoluiu para além da função meramente registradora, assumindo papel estratégico no ambiente organizacional contemporâneo. Conforme argumenta Hilário Franco (2010), a contabilidade gerencial utiliza dados oriundos da contabilidade financeira, de custos e da análise de balanços para produzir informações direcionadas

ao processo decisório, com menor ênfase normativa e maior foco na gestão. Essa perspectiva amplia a compreensão da contabilidade como sistema de informação capaz de reduzir assimetrias informacionais, apoiar o planejamento e fortalecer mecanismos de controle interno.

No contexto rural, essa evolução assume relevância ainda maior, em razão das especificidades produtivas e do elevado grau de incerteza que caracteriza o setor. A contabilidade rural consolidou-se como ramo especializado voltado ao controle do patrimônio das entidades agropecuárias, à apuração de resultados e à geração de informações específicas para o planejamento, o controle e a avaliação de desempenho (Crepaldi, 2004). Sua aplicação deve considerar as peculiaridades do setor, como a dependência de ciclos biológicos, a influência de fatores climáticos, a sazonalidade das receitas e a necessidade de acompanhamento do chamado “ano-safra”, que frequentemente não coincide com o exercício civil.

De acordo com Filho e Moura (2011), a atividade rural apresenta especificidades contábeis relevantes: o resultado econômico está vinculado ao crescimento biológico de ativos vivos, como rebanhos e plantações, e os preços são impactados por fatores exógenos, como condições climáticas e oscilações de mercado. Nesse sentido, a mensuração adequada dos ativos biológicos, dos custos diretos e indiretos de produção e da rentabilidade por cultura torna-se essencial para uma avaliação fidedigna do desempenho econômico-financeiro da propriedade. A ausência de registros sistematizados compromete a capacidade de análise comparativa entre safras, culturas e ciclos produtivos, reduzindo a racionalidade do processo decisório.

No âmbito normativo, a mensuração dos ativos biológicos no Brasil encontra respaldo no Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O CPC 29 estabelece critérios para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas no momento da colheita, determinando que, via de regra, esses ativos sejam mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda, sempre que tal mensuração puder ser realizada de forma confiável.

Essa orientação normativa representa avanço significativo para a contabilidade

aplicada ao setor rural, pois reconhece que o crescimento biológico constitui elemento central da geração de valor nas atividades agropecuárias. Ao exigir a atualização periódica do valor dos ativos vivos, o CPC 29 promove maior transparência informacional e reduz distorções decorrentes da mensuração exclusivamente baseada no custo histórico.

Além disso, a adoção do CPC 29 contribui para a padronização das práticas contábeis, alinhando o Brasil às normas internacionais de contabilidade (IFRS), o que favorece comparabilidade, acesso a crédito e integração do agronegócio brasileiro aos mercados globais. Sob a perspectiva gerencial, a adequada mensuração dos ativos biológicos permite ao produtor rural avaliar com maior precisão o desempenho econômico da propriedade, reforçando o papel da contabilidade como instrumento estratégico de planejamento e controle.

A contabilidade aplicada ao setor rural abrange instrumentos como o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e o Fluxo de Caixa, os quais permitem ao produtor mensurar sua liquidez, rentabilidade, endividamento e capacidade de pagamento. Esses relatórios não apenas subsidiam decisões internas, como definição de culturas, dimensionamento de investimentos, aquisição de insumos e formação de reservas, mas também funcionam como mecanismos de transparência perante instituições financeiras, investidores e órgãos públicos. A sistematização dessas informações favorece a profissionalização da gestão e amplia a credibilidade do empreendimento no ambiente institucional.

Nesse aspecto, a constituição de reservas de contingência assume papel estratégico. Conforme observa Marion (2012), a reserva de contingência visa proteger a entidade contra perdas decorrentes de eventos imprevistos. No ambiente rural, tais eventos incluem geadas, estiagens, excesso de chuvas e outras intempéries que podem comprometer significativamente a produção. A formação de reservas, associada ao planejamento financeiro estruturado, contribui para maior resiliência econômica e estabilidade operacional, reduzindo a vulnerabilidade a choques externos.

Além das funções tradicionais de controle patrimonial e apuração de resultados, a contabilidade rural apresenta relevância crescente no contexto da modernização

tecnológica do setor. A transição para modelos associados ao chamado “Agro 4.0” demanda integração entre dados produtivos, informações financeiras e indicadores de desempenho. Nesse cenário, a contabilidade torna-se ferramenta estruturante para consolidar informações provenientes de diferentes fontes (operacionais, financeiras e tributárias) e transformá-las em suporte estratégico à decisão, permitindo análises comparativas, projeções de cenários e avaliação de viabilidade econômica.

No plano regulatório, a formalização contábil também se revela indispensável. A exigência do Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR) para determinados níveis de faturamento, bem como a necessidade de regularidade fiscal para acesso a programas de financiamento rural, reforça a importância da escrituração organizada. O acesso a políticas públicas de crédito, como linhas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e programas voltados à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), está condicionado à comprovação formal de renda e capacidade financeira, o que evidencia a contabilidade como instrumento de inserção institucional e competitiva.

Apesar de suas vantagens, a literatura aponta que a contabilidade rural ainda é subutilizada no Brasil. Segundo Crepaldi (2006), muitos produtores mantêm controles baseados predominantemente na experiência empírica, negligenciando registros sistemáticos e análises estruturadas. A ausência de separação entre patrimônio pessoal e patrimônio da atividade rural compromete a aplicação do princípio da entidade e dificulta a mensuração real do desempenho econômico. Tal fragilidade reforça a necessidade de difusão de práticas contábeis orientadas à gestão e não apenas ao cumprimento de exigências fiscais.

Dessa forma, a contabilidade aplicada ao setor rural transcende a função tributária e assume papel estratégico na organização produtiva, no planejamento financeiro e na sustentabilidade dos empreendimentos. Quando utilizada de maneira adequada, permite maior controle de custos, identificação de atividades mais rentáveis, formação de reservas, melhoria do fluxo de caixa e fortalecimento da capacidade de investimento. Ao reduzir incertezas informacionais e ampliar a racionalidade decisória, a contabilidade posiciona-se como instrumento essencial

para a eficiência gerencial e para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, estabelecendo a base conceitual para o modelo teórico de integração apresentado na sequência.

A convergência do Pronunciamento Técnico CPC 29 às *International Financial Reporting Standards* (IFRS), especialmente à IAS 41 – *Agriculture*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), representa avanço institucional relevante ao inserir a contabilidade rural brasileira em ambiente normativo harmonizado globalmente. A mensuração pelo valor justo dos ativos biológicos amplia a comparabilidade internacional das demonstrações contábeis, fortalece a transparência informacional e reduz assimetrias perante investidores, credores e demais stakeholders. Dessa forma, a normatização contábil não apenas qualifica tecnicamente a informação gerencial, mas também potencializa a inserção competitiva do agronegócio brasileiro em mercados financeiros e comerciais internacionais, reforçando a integração entre governança, eficiência gerencial e desenvolvimento econômico.

MODELO TEÓRICO DE INTEGRAÇÃO ENTRE CONTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL

A partir da análise dos desafios estruturais do setor agropecuário e das especificidades da contabilidade aplicada ao meio rural, propõe-se um modelo teórico explicativo que conecta quatro dimensões fundamentais: desafios estruturais, instrumentos contábeis, eficiência gerencial e desenvolvimento econômico. A Figura 1 apresenta a representação sintética desse modelo, estruturado em lógica sequencial e relacional, na qual cada dimensão exerce influência sobre a subsequente.

Figura 1 – Modelo Teórico de Integração entre Desafios do Setor Rural, Instrumentos Contábeis e Eficiência Gerencial e Desenvolvimento no Setor Rural



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

O ponto de partida do modelo reside nos desafios inerentes à atividade rural, tais como vulnerabilidade climática, volatilidade de preços, sazonalidade produtiva, limitações educacionais e fragilidades na gestão administrativa. Tais fatores comprometem a previsibilidade dos resultados, ampliam os riscos operacionais e intensificam a incerteza decisória, especialmente em ambientes nos quais predominam controles informais e ausência de planejamento estruturado. Esses desafios configuram-se como variáveis exógenas e endógenas que pressionam o sistema produtivo e demandam respostas organizacionais consistentes.

Nesse contexto, a contabilidade rural, fundamentada nos princípios da ciência contábil e nas contribuições de autores como Marion (2004, 2012) e Crepaldi (2004, 2006), emerge como instrumento estruturante capaz de mediar a relação entre vulnerabilidade e desempenho. A utilização de ferramentas como Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Fluxo de Caixa, controle de custos por cultura e formação de reservas de contingência possibilita transformar dados dispersos em informações estratégicas, reduzindo assimetrias informacionais e promovendo maior racionalidade na tomada de decisões. Assim, os instrumentos contábeis constituem o eixo intermediário do modelo, funcionando como mecanismos técnicos de organização, mensuração e controle.

Além dos instrumentos tradicionais de evidenciação patrimonial, o modelo incorpora a dimensão normativa da contabilidade rural, especialmente no que se refere ao Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O CPC 29 estabelece critérios específicos para reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos pelo valor justo menos despesas de venda, sempre que mensurável com confiabilidade.

A incorporação desse pronunciamento ao modelo teórico reforça que a contabilidade rural não se limita ao registro histórico dos custos, mas contempla a dinâmica de transformação biológica como elemento central da geração de valor. Ao exigir a atualização periódica do valor dos ativos vivos, o CPC 29 contribui para maior fidedignidade das demonstrações contábeis, reduzindo assimetrias informacionais e fortalecendo a governança rural.

Dessa forma, o eixo “Instrumentos Contábeis” do modelo passa a compreender não apenas relatórios gerenciais, mas também a observância das normas técnicas que disciplinam a mensuração do patrimônio rural, ampliando o impacto da contabilidade sobre a eficiência gerencial e o desenvolvimento econômico.

A adoção sistemática desses instrumentos promove maior eficiência gerencial, entendida como a capacidade de planejar, controlar, avaliar e redirecionar o desempenho econômico-financeiro da propriedade rural com base em informações confiáveis. A eficiência manifesta-se na identificação de atividades mais rentáveis, na mensuração precisa dos custos diretos e indiretos, na separação entre patrimônio pessoal e empresarial, no acompanhamento do ano-safra e na melhoria da capacidade de negociação junto a instituições financeiras, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Nesse sentido, a eficiência gerencial representa o resultado imediato da incorporação qualificada dos instrumentos contábeis ao processo decisório.

Como consequência, a eficiência gerencial favorece o desenvolvimento econômico do empreendimento rural, expresso pelo aumento da rentabilidade, maior estabilidade financeira, ampliação do acesso ao crédito, investimentos em tecnologia, mitigação de riscos e fortalecimento da competitividade. O desenvolvimento, nesse

modelo, não se restringe ao crescimento financeiro isolado, mas compreende também maior sustentabilidade econômica e organizacional no longo prazo. Em escala ampliada, tais efeitos contribuem para o desenvolvimento regional e nacional, considerando que o setor agropecuário ocupa posição estratégica na estrutura produtiva brasileira.

Assim, o modelo proposto sugere que a contabilidade não atua apenas como ferramenta de registro ou obrigação fiscal, mas como variável mediadora entre os desafios estruturais do setor rural e o desenvolvimento econômico sustentável. Ao reduzir vulnerabilidades informacionais, aprimorar a governança interna e fortalecer a capacidade de planejamento, a contabilidade aplicada ao setor rural posiciona-se como mecanismo de transformação estrutural, capaz de potencializar a eficiência gerencial e promover a consolidação competitiva dos empreendimentos agropecuários no cenário contemporâneo.

Dessa forma, modelo assume caráter explicativo-relacional, no qual a contabilidade atua como variável mediadora entre pressões ambientais e desempenho organizacional, estabelecendo vínculo lógico entre vulnerabilidade estrutural e desenvolvimento econômico sustentável.

CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar a contabilidade aplicada ao setor rural como instrumento de planejamento, organização e controle, capaz de contribuir para a eficiência gerencial e para o desenvolvimento econômico dos empreendimentos agropecuários. Ao retomar a questão norteadora, de que forma a aplicação sistemática da contabilidade pode fortalecer a gestão e promover o desenvolvimento sustentável das atividades rurais, verificou-se que a contabilidade rural ultrapassa sua função tradicionalmente fiscal e assume papel estratégico no contexto do agronegócio contemporâneo.

A análise teórica evidenciou que, embora o setor rural brasileiro desempenhe papel expressivo na composição do Produto Interno Bruto e na geração de emprego e renda, sua dinâmica produtiva permanece fortemente condicionada a fatores de

risco, como vulnerabilidade climática, volatilidade de preços, sazonalidade produtiva e fragilidades administrativas. Esses elementos ampliam a incerteza decisória e reforçam a necessidade de instrumentos técnicos que promovam maior organização informacional, previsibilidade financeira e racionalidade na alocação de recursos.

Nesse contexto, a contabilidade aplicada ao meio rural consolida-se como ferramenta estruturante da gestão, ao permitir o controle patrimonial sistemático, a mensuração adequada de ativos biológicos, a apuração de resultados por cultura, o monitoramento do fluxo de caixa e a análise da rentabilidade do empreendimento. Instrumentos como Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Fluxo de Caixa demonstram potencial para reduzir assimetrias informacionais, fortalecer a governança interna e ampliar a credibilidade do produtor perante instituições financeiras e programas de crédito rural.

O modelo teórico proposto constitui contribuição central do estudo ao integrar quatro dimensões interdependentes, desafios estruturais, instrumentos contábeis, eficiência gerencial e desenvolvimento econômico, evidenciando a função mediadora da contabilidade entre vulnerabilidades do ambiente produtivo e desempenho organizacional. A adoção sistemática de práticas contábeis tende a favorecer maior controle de custos, formação de reservas de contingência, separação entre patrimônio pessoal e empresarial e aprimoramento do planejamento estratégico, resultando em maior sustentabilidade financeira e competitividade.

Do ponto de vista teórico, o estudo amplia o debate ao reposicionar a contabilidade rural como variável estratégica no processo de desenvolvimento econômico. Sob a perspectiva prática, reforça a importância da disseminação de práticas contábeis estruturadas, especialmente entre pequenos e médios produtores, como mecanismo de profissionalização da gestão e ampliação do acesso a políticas públicas de crédito e incentivo.

Como limitação, destaca-se o caráter exclusivamente bibliográfico da pesquisa, o que sinaliza a necessidade de investigações empíricas futuras que testem o modelo proposto por meio de estudos de campo, análises quantitativas ou pesquisas multicasos capazes de examinar, de forma sistemática, a relação entre adoção de instrumentos contábeis e desempenho econômico rural.

Conclui-se que a contabilidade aplicada ao setor rural deve ser compreendida como infraestrutura informacional estratégica do agronegócio contemporâneo. Sua adoção sistemática fortalece a eficiência gerencial, reduz vulnerabilidades estruturais e amplia a capacidade de planejamento, investimento e inserção institucional dos empreendimentos agropecuários.

Adicionalmente, a consolidação da contabilidade rural no Brasil encontra respaldo em normativos técnicos alinhados aos padrões internacionais, notadamente o CPC 29, convergente à IAS 41 – Agriculture. Essa harmonização normativa posiciona o agronegócio brasileiro em patamar de maior transparência, comparabilidade e credibilidade internacional, reforçando sua competitividade em ambiente globalizado.

Reitera-se, por fim, que o fortalecimento da gestão contábil no meio rural constitui não apenas instrumento técnico de controle patrimonial, mas elemento estruturante do desenvolvimento econômico sustentável do setor no longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Maria Auxiliadora; VILHENA, Naiara Larissa Jordão. A importância da contabilidade rural para o produtor rural. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 13., 2011, São José dos Campos. **Anais [...].** São José dos Campos: UNIVAP, 2011.

ARAÚJO, Maria Aparecida; SANTOS, Paulo Victor Sousa. A importância da inovação aplicada ao agronegócio: uma revisão. **Revista Latino-Americana de Inovação e Engenharia de Produção**, v. 5, n. 7, p. 31-47, 2017. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/relainep/article/view/55158/33886. Acesso em: 09 jan 2026.

BORELLI, V. A. et al. Agronegócio: um olhar sobre a produção científica brasileira na base SPELL. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO EM CADEIAS DO AGRONEGÓCIO, 2., 2016. **Anais** [...]. 2016. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/IIsimposioinovacaoagronegocio/simposioinovacaoagronegocioucs/paper/viewFile/4647/1475. Acesso em: 15 nov. 2020.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria; ZANDE, Roney. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

CABRAL, Marcelo de Lima. **Gestão e contabilidade rural**. Curitiba: InterSaberes, 2018.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de. **Agronegócio: princípios e dimensões**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2001.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola**. Brasília, 2009.

CORDEIRO, Thais Lemos et al. A contabilidade rural como instrumento estratégico de gestão nas propriedades rurais de Dom Pedrito/RS: uma análise sob a perspectiva dos profissionais contábeis. **Revista Contemporânea**, v. 5, n. 4, p. 1-20, 2025. DOI: https://doi.org/10.56083/RCV5N4-013.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural:** uma abordagem decisorial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DALMOLIN, Adriane; SILVÉRIO, Antonio Cecílio. **Os benefícios da contabilidade rural para uma empresa agrícola de pequeno porte:** um estudo de caso. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2011.

DANTAS, Luan Carlos; OLIVEIRA, Paulo Eduardo Alves de; OLIVEIRA, Ana Cristina da Silva. Inovação e desenvolvimento de produtos nos micro e pequenos empreendimentos do setor moveleiro de Campina Grande-PB. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**, 36., 2016, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: ABEPRO, 2016.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. **A concept of agribusiness**. Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1957.

FOCA, Raquel Pereira. Contabilidade rural e exportação: o papel estratégico da gestão fiscal no desenvolvimento do agronegócio brasileiro e sua relevância internacional. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 8, n. 18, p. 1-25, 2025. DOI: https://doi.org/10.55892/jrg.v8i18.2159.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GASQUES, José Garcia *et al.* **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil.** Brasília, DF: IPEA, 2004. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2701. Acesso em: 01 mar. 2026.

GELBCKE, Ernesto Rubens; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de contabilidade societária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **IAS 41 – Agriculture**. London: IFRS Foundation, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 01 mar. 2026.

KRUGER, Silvana Dalmutt; MAZZIONI, Sady; BOETTCHER, Simoni Francieli. A importância da contabilidade para a gestão das propriedades rurais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: ABC, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural: agrícola, pecuária e imposto de renda**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural: agrícola, pecuária e imposto de renda**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NAGATSUKA, Divanir; TELLES, José Domingos. **Contabilidade geral: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA FILHO, Milton Luiz de; MOURA, Ivanildo Pereira de. Contabilidade aplicada ao agronegócio: evidenciação e mensuração dos ativos biológicos. **Revista de Administração e Contabilidade**, Recife, v. 3, n. 2, p. 45-60, 2011.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende; MARION, José Carlos; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. **Contabilidade do agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; PINHEIRO, Paulo Roberto. **Contabilidade do agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2005.

SILVA, Luiz Carlos da. Cadeias produtivas e agronegócio no Brasil. **Revista de Economia Rural**, v. 43, n. 2, 2005.

SILVA, Allison Lucas Santana *et al.* **A contabilidade rural como ferramenta de gestão para pequenos produtores rurais.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade Unida de Campinas, Goiânia, 2023.

TRAJANO, Carla Borges; ANJOS, Mayara Abadia Delfino dos. A importância da contabilidade nas operações rurais. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 4, n. 9, p. 1-10, 2021.